

HABEAS CORPUS Nº 567.324 - DF (2020/0070155-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **JOSÉ GOMES DE MATOS FILHO E OUTRO**
ADVOGADOS : **JOSÉ GOMES DE MATOS FILHO - DF005137**
 DIOGO TOSCANO DE OLIVEIRA REBELLO - DF042791
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS**
 TERRITÓRIOS
PACIENTE : **A R DE M**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E**
 TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **A R DE M**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que concedeu a segurança nos autos do processo n. 0700037-53.2019.8.07.0000.

Narra a defesa que, nos autos do processo n. 2016.01.1.090422-9, após detida análise, o Ministério Público requereu o arquivamento do feito por ausência de justa causa para o exercício da ação penal, o que foi acolhido pelo Magistrado singular.

Inconformada com o arquivamento, a vítima *impetrou mandado de segurança (Processo nº 0700037-53.2019.8.07.0000) em 03/01/2019, sob o argumento de que a aquela decisão padecia da devida fundamentação* (fl. 5).

O Tribunal de origem concedeu a segurança, nos termos da seguinte ementa (fls. 1.097/1.098):

PROCESSUAL PENAL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO DO JUIZ QUE ACOLHE O ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL REQUERIDO PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA. APURAÇÃO DE CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. MOTIVAÇÃO *PER RELATIONEM*. ACOLHIMENTO COM RESSALVAS. FUNDAMENTAÇÃO REPUTADA INIDÔNEA. NECESSIDADE DE REAPRECIACÃO PELA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1 Impetração de mandado de segurança contra a decisão do Juiz que acolheu o pedido de arquivamento de inquérito policial, que apurava o crime de estupro de vulnerável, simplesmente se reportando à argumentação expendida pelo Promotor de Justiça, sem tecer qualquer consideração pessoal.

2 Ocorre fundamentação *per relationem* quando o Juiz não esclarece os motivos de sua convicção íntima, simplesmente avalizando as razões do Promotor de Justiça, repercutindo-as sem o elementar cuidado de transcrever, ou referir, em última hipótese, o trecho basilar da motivação. Neste caso, o Juiz proferiu

decisão acolhendo o pedido de arquivamento do inquérito sem uma fundamentação convincente, extrapolando os limites da admissibilidade dessa forma de sustentação das decisões judiciais, amplamente reconhecida pela jurisprudência. Não se deve rejeitar de maneira absoluta essa maneira de fundamentar, mas aplicá-la com moderação e prudência.

3 O Ministério Público, como titular da ação penal, pode requerer o arquivamento de qualquer inquérito policial quando entender que não há justa causa para deflagração da persecução penal. Cabe ao Juiz, todavia, concordar ou não com os seus argumentos; e, não se convencendo do acerto, deve remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça, que pode corroborar ou não a opinião do Promotor de Justiça. Neste último caso, indicará outro Promotor para o oferecimento da denúncia.

4 Considerando a prova incontestada da materialidade do delito de estupro de vulnerável e dos indícios suficientes de sua autoria, não pode o Juiz acolher o pedido de arquivamento do inquérito policial simplesmente invocando o parecer do órgão de acusação, mas determinar a remessa dos autos à autoridade hierarquicamente superior do *Parquet*. Inteligência do artigo 28 do Código de Processo Penal.

5 Concessão do Mandado de Segurança.

Daí o presente *writ*, em que a defesa aduz a ocorrência de manifesta ilegalidade na concessão da segurança sem a citação do paciente para integrar o feito. Aponta a necessidade de citação do paciente como litisconsórcio passivo necessário, nos termos da Súmula 701/STF, sob pena de nulidade absoluta.

Sustenta a existência do *fumus boni iuris*, bem como do *periculum in mora*, porquanto há justo receio de lesão grave e irreparável, ou de difícil reparação. Isto porque, acaso não se determine a suspensão da tramitação do feito em questão, poderá ser instaurada indevida ação penal contra o paciente, uma vez que os autos já se encontram com a Procuradora-Geral de Justiça (fl.11).

Requer, assim, a concessão de liminar para suspender a marcha do Processo n. 2016.01.1.090422-9.

É o relatório.

Dúvidas não há de que o deferimento de liminar é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade.

À primeira vista, presente o *fumus boni iuris*.

Nesse exame preliminar, é possível observar que o paciente não foi citado para integrar o mandado de segurança interposto pela vítima, o que, em princípio, parece

Superior Tribunal de Justiça

ofender o disposto na Súmula 701/STF. A propósito:

Súmula 701/STF – No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.

Com efeito, embora o mandado de segurança não tenha sido impetrado pelo Ministério Público, a exegese da Súmula supramencionada está orientada à garantia do contraditório e da ampla defesa, sendo aplicável, em tese, ao caso.

Ante o exposto, **defiro** o pedido liminar para suspender, até o julgamento de mérito deste *writ*, a marcha processual nos autos n. 2016.01.1.090422-9.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, especialmente, a respeito da integração do paciente, como litisconsorte, nos autos do mandado de segurança n. 0700037-53.2019.8.07.0000.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator